



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA CULTURA
UNIDADE DE MONITORAMENTO

PA-UM Nº 02/2016

**PARECER ECONÔMICO-FINANCEIRO ANUAL DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA
PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2015**

Contrato de Gestão nº 09/2011

Objetos: Museu do Café

OS: Instituto de Preservação e Difusão da História do Café e Imigração - INCI

Apresentação.....	2
Desempenho econômico e financeiro.....	3
Desempenho quanto à execução do plano de trabalho.....	6
Avaliação da Unidade de Monitoramento	8
Anexo: Quadro-síntese dos critérios de avaliação final da UM.....	21



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA CULTURA
UNIDADE DE MONITORAMENTO

APRESENTAÇÃO

O presente Parecer Anual, elaborado pela Unidade de Monitoramento nos termos do Decreto nº 59.046/2013, visa a integrar o sistema de controle interno da Secretaria da Cultura e a apoiar a elaboração do Relatório Anual Conclusivo da Comissão de Avaliação (do qual este Parecer se torna anexo), para posterior envio ao Secretário da Pasta, ao Departamento de Controle e Avaliação da Secretaria da Fazenda e ao Tribunal de Contas do Estado.

Dada a importância de que as considerações aqui formuladas sejam conhecidas e sirvam como orientações para o aprimoramento das próximas pactuações e prestações de contas, cópia eletrônica deste Parecer, juntamente com o Relatório da Comissão de Avaliação, será enviada à Unidade Gestora, aos conselhos e aos dirigentes da Organização Social, sendo também disponibilizada no portal Transparência Cultura, atendendo à Lei de Acesso à Informação.

Cabe mencionar que este documento examina aspectos econômico-financeiros e de resultados apresentados pela OS na execução do contrato de gestão, tendo sido elaborado a partir da análise e cotejamento principalmente dos seguintes documentos:

1. Parecer Técnico da Unidade Gestora (UGE) referente à prestação de contas em tela (principal fonte de informações para esta análise).
2. Relatório anual de prestação de contas da OS, sobretudo item Quadro Resumo.
3. Relatório gerencial de orçamento previsto x realizado e planilha de municípios, anexos da prestação de contas entregue pela OS.
4. Pareceres da Unidade de Monitoramento de 2014 (base de comparações com 2015).
5. Planilha do Índice de Transparência obtida por meio de avaliação dos Sites dos Objetos Contratuais em 2014 e 2015.
6. Relatórios das 60 visitas de campo realizadas pela UM em 2015 aos objetos contratuais e às sedes das OS, contemplando todos os contratos de gestão.
7. Documento “Política Cultural da Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo” constante das convocações públicas para celebrar contratos de gestão e divulgado no portal Transparência Cultura e referência para os primeiros indicadores de resultados finalísticos.

O documento está dividido em Apresentação; Seção I - Desempenho econômico e financeiro; Seção II - Desempenho quanto à execução do plano de trabalho; e Considerações Finais, seção que traz a avaliação da UM sobre a documentação verificada e sobre o desempenho da OS na execução do contrato de gestão.

Os cálculos comparativos entre as realizações de 2015 e 2014 (realizado 2015 comparado ao realizado 2014 = R/R) e entre o previsto e o realizado (realizado 2015 em relação ao previsto 2015 = R/P) foram efetuados pela UM, a partir das fontes citadas, sejam os relatórios da Organização Social ou o parecer técnico da Unidade Gestora. Para o cálculo foi utilizada divisão simples, de modo que os valores abaixo de 100% representam execução inferior à do ano anterior ou inferior à meta prevista, enquanto que valores acima de 100% indicam execução superior à do ano anterior ou superior à realização prevista.

Eventuais solicitações de complemento documental, na ocorrência de documentos não entregues e/ou demandas não esclarecidas durante o período de exame da documentação, bem como outras recomendações consideradas necessárias, estão distribuídas ao longo do Parecer.

Para atender a essas solicitações, a OS deverá incluir seção “Manifestação em resposta ao Parecer da Unidade de Monitoramento referente ao exercício 2015” no próximo Relatório Trimestral de 2016 (após a apresentação e antes das informações referentes ao cumprimento das metas), a ser entregue de acordo com o Cronograma Anual 2016. Dúvidas poderão ser esclarecidas pelo endereço eletrônico monitoramento.cultura@sp.gov.br. Por meio desse mesmo e-mail, a organização social poderá, em caso de interesse, enviar sugestões, críticas e outras informações que julgar necessárias.

Salientamos, por fim, que nossa verificação deverá ser complementada e aprofundada pela análise mais apurada das demonstrações contábeis e devidas comprovações pelos demais órgãos de fiscalização do Estado (Secretaria da Fazenda e Tribunal de Contas do Estado).



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA CULTURA
UNIDADE DE MONITORAMENTO

I. DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO

A fim de verificar o desempenho econômico financeiro da Organização Social na execução dos recursos atrelados ao contrato de gestão, apresentamos a seguir as principais receitas e despesas (em valores nominais), buscando avaliar a eficácia no uso dos recursos – previsto (P) x realizado (R).

1) RECEITAS DO CONTRATO DE GESTÃO

	2014	2015		2015/2014	2015
	Realizado'	Previsto	Realizado	R/R'	R/P
a) Repasses	6.000.000	5.000.000	5.000.000	83%*	100%
b) Captação	749.216	800.000	3.937.954	526%	492%**
c) Receitas Financeiras	194.749	95.000	277.329	142%	292%
d) Total (a+b+c)	6.943.965	5.895.000	9.215.283	133%	156%

Fonte: Relatório Gerencial de Orçamento Previsto X Realizado da OS e Parecer Técnico da UGE – 2014 e 2015.

* A variação do repasse de 2015 com relação a 2014 se deve ao fato de que em 2014 houve o 3º termo aditivo ao CG, adicionando de R\$1.9 milhões ao exercício, sobretudo para desenvolvimento de exposição de média duração “Café, patrimônio cultural do Brasil: ciência, história e arte” e requalificação parcial de espaços para visitação pública.

** A variação entre o previsto e realizado em 2015 para a conta de captação, e conseqüentemente para as receitas financeiras, se deve à obtenção pela OS de captação feita para o restauro do conjunto mobiliário do Salão do Pregão e do vitral feito por Benedito Calixto, além de climatização de área do museu e de uma publicação. O montante foi repassado pela empresa Ecoporto (que assinou Termo de Compromisso de Ajuste de Conduta com Ministério Público no valor de R\$3,13milhões, repassando R\$ 3 milhões em 2015 e o restante em fevereiro de 2016).

2) DESPESAS ATRELADAS À EXECUÇÃO DO CONTRATO DE GESTÃO

a) Recursos Humanos

	2014		2015		2015/2014	2015
	Previsto	Realizado'	Previsto	Realizado	R/R'	R/P
Recursos Humanos (R\$)	2.810.000	2.666.668	3.065.000	2.846.510	107%	93%
Dirigentes (R\$)	257.000	252.896	280.000	313.632	124%	112%
Total despendido com RH/Receitas Totais	*	44%	61%	57%	-	-
Total despendido com dirigentes/RH	*	9,48%	9,14%	11,02%	-	-
Número de empregados CLT (em 31/12)	*	52	*	49	94%	-
Data da ata de aprovação do manual de RH (e última alteração) pelo Conselho Administrativo	Não se aplica	01/01/2014	Não se aplica	01/01/2014	-	-

Fonte: Quadro resumo preenchido pela OS no relatório de prestação de contas e PA UM 2015 ref. a 2014.

* Dados não previstos nos planos de trabalho dos exercícios examinados.

OBSERVAÇÃO: Os valores despendidos com o total de recursos humanos e aqueles despendidos exclusivamente com dirigentes estiveram abaixo do percentual definido em contrato de gestão como limite para despesas dessa natureza, a saber: 75% do repasse para o total de RH e 15% do total de RH para diretoria.

b) Principais Despesas com Pessoas Jurídicas – área meio



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA CULTURA
UNIDADE DE MONITORAMENTO

	2014	2015		2015/2014	2015
	Realizado'	Previsto	Realizado	R/R'	R/P
Vigilância / portaria / segurança	553.365	680.000	793.148	143%	117%
Jurídica	38.047	42.000	37.631	99%	90%
Auditoria	18.683	26.000	25.440	136%	98%
Administrativa/RH	**	40.000	80.460	-	201%*
Contábil	**	34.000	34.384	-	101%
Informática	41.379	35.000	49.616	120%	142%

Fonte: Relatório Gerencial de Orçamento Previsto X Realizado da OS e PA UM 2015 ref. 2014.

* Segundo a OS, a variação com relação ao previsto se deveu a despesas para cobertura de afastamentos não planejados e para atender a demandas pontuais de programação.

** Dados não previstos nos planos de trabalho dos exercícios examinados

OBSERVAÇÃO: Seguindo o determinado no contrato de gestão e seus anexos, apenas variações superiores a 25% (para mais ou para menos) demandam justificativa detalhada, pois a OS tem margem de remanejamento para assegurar a mais eficiente gestão dos recursos, desde que sejam cumpridas todas as metas pactuadas com a qualidade requerida.

c) Utilidades Públicas

	2014	2015		2015/2014	2015
	Realizado'	Previsto	Realizado	R/R'	R/P
Utilidades Públicas (Água, telefone, internet, energia)	172.366	180.000	233.074	135%	129%

Fonte: Relatório Gerencial de Orçamento Previsto X Realizado da OS.

OBSERVAÇÃO: Verifica-se aumento das despesas com utilidades públicas nesse exercício com relação ao ano anterior e em relação ao previsto. Tal elevação pode ser justificada pelo aumento das tarifas de energia e água decorrentes da crise hídrica.

RECOMENDAÇÃO: Que a UGE e a OS acordem possíveis ações visando à redução do consumo de água e energia, a serem descritas nas obrigações contratuais do próximo plano de trabalho, visando contribuir para a busca de sustentabilidade e reduzir as despesas correlatas, além de avançar no compromisso pactuado pelo Governo do Estado de São Paulo com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

d) Programas

	2015		Variação
	Previsto	Realizado	R/P
Programa de Edificações: Conservação, Manutenção e Segurança	400.000	399.995	100%
Programa Edificações/Receitas totais	7%	4%	-



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA CULTURA
UNIDADE DE MONITORAMENTO

	2015		Variação
	Previsto	Realizado	R/P
Programas de Trabalho da Área Fim*			
Programa de Acervo: Conservação, Documentação e Pesquisa	130.000	599.085	461%**
Programa de Exposições e Programação Cultural	490.000	875.563	179%
Programa de Serviço Educativo e Projetos Especiais	135.000	90.829	67%
Programa do Centro de Preparação de Café	50.000	31.119	62%
Programa de Ações de Apoio ao SISEM - SP	50.000	29.722	59%
Programa de Comunicação e Imprensa	130.000	160.435	123%

Fonte: Relatório Gerencial de Orçamento Previsto X Realizado da OS.

* Foram selecionados para apresentação nesse item os principais programas de trabalho da área fim, tendo por base sua relevância no orçamento global.

** A variação no programa de acervo com relação ao previsto provém de rubrica de Conservação e Restauro, cujas despesas somam no ano R\$ 545.3 mil, e estão atreladas à captação proveniente da empresa Ecoporto, citada no item I.1.

OBSERVAÇÃO: A variação no programa de exposições e programação cultural, 79% superior ao previsto, decorreu da rubrica Exposição de Longa/Média Duração, para a qual não havia previsão orçamentária inicial, mas que onerou o programa porque, segundo a OS, "por questões contratuais parte dos serviços foram realizados no início do ano". A UGE não se manifestou especificamente sobre esse item, informando que, de modo geral, verificou equilíbrio entre as receitas e as despesas atreladas ao contrato de gestão (p. 25 do parecer anual da UPPM).

Por sua vez, as variações a menor com relação ao previsto decorrem de otimização de recursos, tendo as metas de todos os programas supracitados sido cumpridas integralmente.

RECOMENDAÇÃO: É importante a UGE acompanhar trimestralmente as despesas em questão, visando a reduzir a previsão em caso de eventual superdimensionamento, ou evitar opções que comprometam a qualidade dos resultados previstos.

e) Receitas e Despesas

	2014	2015		2015/2014	2015
	Realizado'	Previsto	Realizado	R/R'	R/P
Receitas Totais	6.943.743	5.895.000	9.215.283	133%*	156%
Despesas Totais + Provisões	6.741.473	5.895.000	6.834.704	101%	116%
Receitas - Despesas	202.270	-	2.380.578	-	-

Fonte: Relatório Gerencial de Orçamento Previsto X Realizado da OS.

*A variação positiva da receita realizada com relação à previsão e com relação ao total de despesas se deve a captação de recursos já tratada no item I.1.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA CULTURA
UNIDADE DE MONITORAMENTO

3) INDICADORES DE DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO

INDICADORES	2014	2015
Índice de liquidez seca	1,17	1,00
Relação entre despesas áreas meio / fim	*	0,88
Relação entre receitas / despesas	1,01	1,00
Parecer da Auditoria Independente Unique Consultoria e Auditoria	Aprovado	Aprovado
Deliberação sobre prestação de contas pelo Conselho Administrativo	Aprovado	Aprovado
Data da ata de aprovação do Manual de Compras (e de sua última alteração) pelo Conselho Administrativo	16/10/2013	16/10/2013

Fonte: Quadro resumo preenchido pela OS no relatório de prestação de contas 2015.

* Informação não avaliada no PA UM 2015 ref. 2014.

OBSERVAÇÃO: Os indicadores acima apresentados contribuem para confirmar a saúde financeira do contrato de gestão. Cabe lembrar que todas as informações apresentadas são de responsabilidade da Organização Social e que, dentro dos limites possíveis, as verificações da Unidade Gestora e da Unidade de Monitoramento não encontraram indícios de irregularidade ou não conformidades. Vale dizer que a relação entre receitas e despesas obtida por meio do relatório orçamentário traz resultado 34% superior ao apresentado pela OS em seu quadro, cuja fonte foram as demonstrações financeiras.

RECOMENDAÇÃO: É importante que para os próximos exercícios, o relatório orçamentário seja confeccionado de modo a espelhar às Demonstrações do Resultado do Exercício (DRE).

II. DESEMPENHO QUANTO À EXECUÇÃO DO PLANO DE TRABALHO

Para verificar o desempenho da Organização Social quanto à execução contratual no exercício de 2015, foram escolhidas as metas abaixo, a título de amostragem das realizações mais significativas, considerando o plano de trabalho anual pactuado e a contribuição para um resultado estratégico definido pela Secretaria da Cultura que constou das convocações públicas das OSs (na perspectiva de ampliação do acesso da população e ampliação das ações no interior e litoral do Estado). Esse resultado recentemente foi também divulgado no documento "Política Cultural da Secretaria da Cultura do Estado de SP – versão 2016" (disponível em: <http://www.transparenciacultura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2015/11/2016.01-Pol%C3%ADtica-Cultural-da-SEC-SP.pdf>), visando promover realizações que assegurem: "cidadãos com acesso pleno, em todo o Estado, aos programas, grupos artísticos e equipamentos culturais, em toda a sua diversidade".

1) RESULTADOS ALCANÇADOS

PRINCIPAIS RESULTADOS	2014		2015		Variação	
	Previsto	Realizado'	Previsto	Realizado	R/R'	R/P
Exposições temporárias e itinerantes *	5	6	7	11	183%	157%
Eventos de programação cultural **	38	41	100	108	263%	108%
Público educativo ***	20.920	31.177	21.840	30.763	99%	141%
Público presencial ****	61.000	85.396	70.000	90.073	105%	129%

Fonte: Quadro resumo preenchido pela OS no relatório de prestação de contas 2015, avalizado pela UGE.

Os asteriscos indicados abaixo apresentam a numeração das ações do plano de trabalho consideradas em cada resultado:

* 2014 - ações 8 e 46 / 2015 - ações 11,12,13 e 50.

** 2014 - ações 6,9,12,13,14 e 15 / 2015 - ações 14, 17, 18, 19, 20, 28, 42, 44, 46, 48, 63, 64, 65 e 66 (Foram incluídas 12 de educativo e 5 eventos do SISEM).



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA CULTURA
UNIDADE DE MONITORAMENTO

*** 2014 - ações 26,27,30 a 37, 41,42 e 43 / 2015 - ações 30, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 43, 45, 47 e 49.

**** 2014 - ação 20 / 2015 ação 25.

OBSERVAÇÃO: A variação positiva com relação ao previsto para exposições temporárias e itinerantes se deveu à superação da meta de exposição itinerante, que previa 4 exposições, tendo sido realizadas 8. A UGE considerou positiva tal superação, explicando não ter acarretado ônus adicional para o orçamento, devendo-se, portanto, à otimização no uso dos recursos alocados (p.19 do Parecer Técnico).

2) EXECUÇÃO DO PLANO DE TRABALHO

CUMPRIMENTO DO PLANO DE TRABALHO	2014		2015		Variação	
	Previsto	Realizado'	Previsto	Realizado	R/R'	R/P
Nº de ações com metas	70	67	71	70	104%	99%
Nº metas condicionadas	1	0	0	0	-	-
Nº de ações com metas não executadas com justificativa aceita pela UGE	Não se aplica	3	Não se aplica	1		-

Fonte: Quadro resumo preenchido pela OS no relatório de prestação de contas 2015.

OBSERVAÇÃO: A execução contratual do exercício 2015 foi mais bem-sucedida que a do ano anterior, indicando provável melhor planejamento e maior empenho em relação ao previsto. O índice de eficácia desse contrato de gestão em 2016 foi de 99%.

RECOMENDAÇÃO: A previsão e busca de realização de metas condicionadas, sobretudo em períodos de crise, é aconselhável, na medida em que a redução dos recursos para as parcerias com Organizações Sociais tende a inviabilizar a adequada alocação de montantes para todas as realizações previstas. Ademais, essa previsão denota esforço meritório de planejamento e agilidade (já prever e deixar pré-aprovadas metas condicionadas a recursos adicionais) e de busca de sustentabilidade.

3) INDICADORES DE DESEMPENHO DAS AÇÕES VINCULADAS AO PLANO DE TRABALHO

a) Informações da Unidade Gestora (2014) e dados apurados pela UM:

	2014	2015*
Realizou pesquisa de perfil e satisfação de público (Sim / Não)	Sim	Sim **
Índice de satisfação do público com a programação cultural (%)	84,1%	98%**
Contribuiu para descentralização das ações culturais (Sim / Não)	Sim	Sim ***
Cumpriu as rotinas e obrigações contratuais (Sim / Não / Parcial)	Sim	Sim ****
Avaliação da prestação de contas pela UGE (Satisfatório/ Regular / Regular com ressalva / Insatisfatório)	Satisfatório	Aprovada*****

Fonte: Parecer Técnico da UGE e Relatório de Prestação de Contas da OS.

* A Unidade Gestora não preencheu o quadro acima para o ano de 2015, tendo a informação sido verificada pela Unidade de Monitoramento.

** A pesquisa realizada com todos os alunos atendidos no 1º semestre nos cursos oferecidos, apresentou índice de satisfação de 98% (avaliação de cursos "excelente ou muito bom" - p.33 do relatório da OS).

*** Esse item diz respeito aos esforços para ampliar a oferta e fruição dos resultados culturais pelo Estado. A partir da planilha de municípios, criada pela UM para preenchimento por todas as OSs parceiras da SEC, foi possível verificar que as ações *in loco* do contrato de gestão em exame atingiram a 19 municípios.

**** De acordo com o relatório da Unidade Gestora, as rotinas e obrigações contratuais foram devidamente cumpridas (p. 25 do Parecer anual da UPPM).



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA CULTURA
UNIDADE DE MONITORAMENTO

***** A UPPM não utilizou a classificação proposta pela UM.

RECOMENDAÇÃO: Registramos a importância de que, nos próximos pareceres anuais, a Unidade Gestora se posicione explicitamente com relação a todos os pontos de verificação solicitados, para assegurar a correta e ágil análise dos resultados finais, de modo a que a UM possa ater-se à verificação da correlação destes com a execução orçamentária e financeira.

b) Índice de Transparência nos Sites dos Objetos Contratuais (IT)

OS: Instituto de Preservação e Difusão da História do Café e Imigração - INCI	2014	2015	Varição 2015/2014
Principal objeto contratual com site: Museu do Café	10	9,75	98%
Média do IT dos sites dos demais objetos contratuais geridos em parceria com OS	8,32	8,51	102%

Fonte: Planilha Índice de Transparência nos Sites vinculados ao Objeto Contratual.

OBSERVAÇÃO: Até 2014, o Índice de Transparência nos Sites era calculado com base na pontuação aferida no último trimestre do ano. A partir de 2015, passou a valer a média dos 4 trimestres, dada a importância de manter os requisitos de transparência ao longo de todo o exercício. No caso observado, apesar de uma leve queda, o site do Museu do Café manteve-se na categoria “transparência satisfatória”, evidenciando a boa performance da OS na viabilização de acesso à informação correspondente a esse contrato durante todo o ano.

c) Visitas de campo

Ao longo de 2015 foram realizadas 60 visitas de campo pela Unidade de Monitoramento. Relacionada especificamente ao CG 09/2011, foi realizada uma visita em 28/08/2015. Os principais focos dessa visita foram a verificação do funcionamento rotineiro do equipamento cultural, percorrer as áreas expositivas e observar a visitação, verificar as atividades em desenvolvimento e realizar a observação geral do estado de conservação e aspectos de manutenção e segurança do equipamento cultural.

III. AVALIAÇÃO DA UNIDADE DE MONITORAMENTO

Em relação às receitas e despesas vinculadas à execução do CG 09/2011 em 2015, este Parecer permitiu verificar que:

- Os índices econômico-financeiros e as opiniões emitidas pela auditoria independente e pelo Conselho de Administração sobre a prestação de contas da OS evidenciam regularidade.
- As receitas foram da ordem de R\$ 9.215.282,64, sendo 54% provenientes de repasses da SEC à OS, 43% resultantes dos esforços de captação e geração de receitas da Organização Social, e 3% provenientes de receitas financeiras.
- As despesas de 2015 foram 16% superiores ao previsto, totalizando R\$ 6.834.704,26. Esse montante foi apenas 1% maior do que às despesas realizadas no ano anterior, em valores nominais. As maiores variações com relação à previsão foram relativas a: Área Administrativa/RH (201%); Utilidades Públicas (129%); Programa de Acervo: (461%); Programa de exposição e programação cultural (179%); Programa de Serviço Educativo e Projetos especiais (67%) e Programa de ações do SISEM: (59%). A explicação das variações foi apresentada pela OS e aceita pela UGE, não havendo ponderações adicionais da UM além das já constantes deste Parecer.
- O quadro de funcionários apresentou redução de 6% com relação a 2014.
Com relação aos programas previstos no plano de trabalho, verificamos que:
 - A única meta não atingida integralmente teve justificativa acatada pela UGE.
 - Com relação ao exercício anterior, houve variação positiva de 4% nas ações e 5% no total de público, conforme quadro dos principais resultados alcançados.



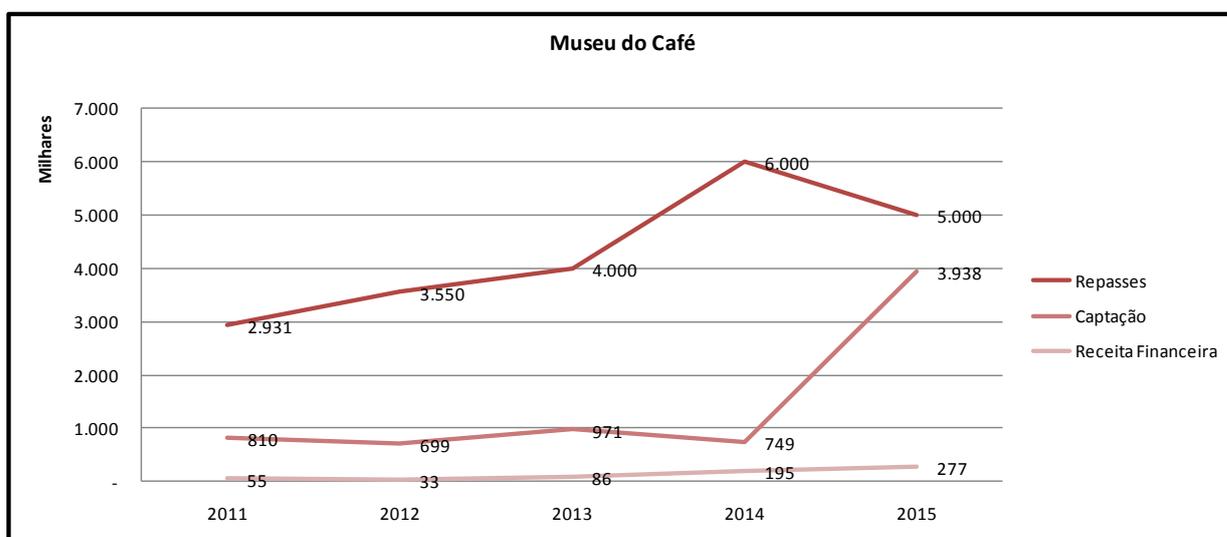
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA CULTURA
UNIDADE DE MONITORAMENTO

A seguir, apresentamos os primeiros resultados dos recentes estudos e esforços desenvolvidos pela Unidade de Monitoramento, visando a aprimorar a avaliação realizada.

1. Evolução histórica dos recursos financeiros e principais resultados do contrato de gestão

a) Evolução histórica dos recursos financeiros

Em linhas gerais, verificamos que o comportamento dos repasses, captação e receitas financeiras nos últimos cinco anos foi:



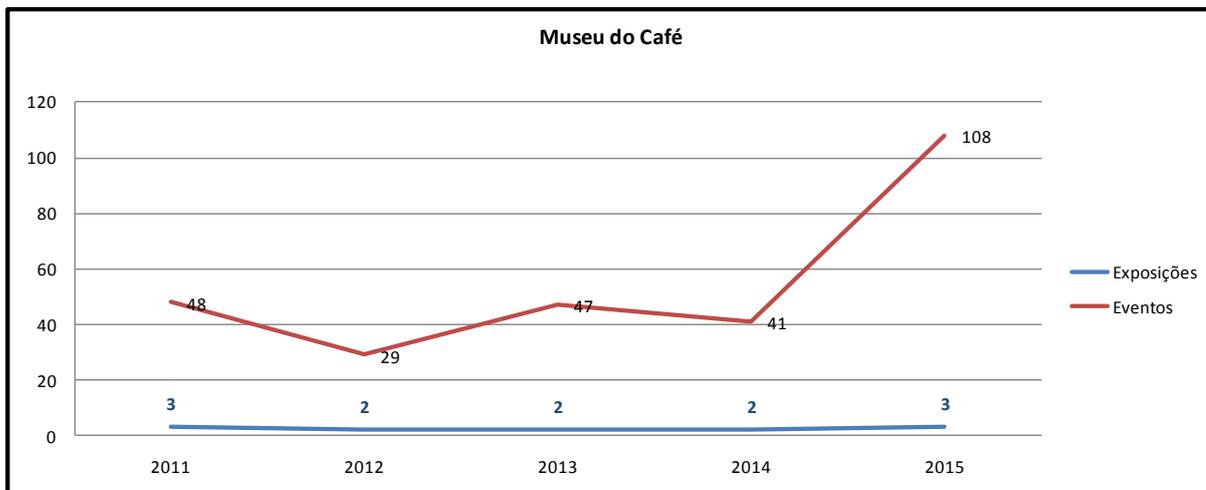
Como se pode observar, 2015 rompeu a tendência histórica de elevação de repasses públicos para este contrato de gestão, que estava associada ao fato de que ele teve início em patamares consideravelmente abaixo dos recursos necessários para viabilizar todas as ações previstas para esse equipamento cultural, de acordo com a política cultural da SEC. A redução está associada ao corte de recursos para a área da Cultura, decorrente da crise financeira. Em contrapartida, houve ampliação de captação de recursos por parte da OS, proveniente de termo de ajustamento de conduta de empresa com passivo na área ambiental-cultural no município de Santos (vide item I.1).

b) Evolução histórica dos principais resultados do contrato de gestão: ações e públicos

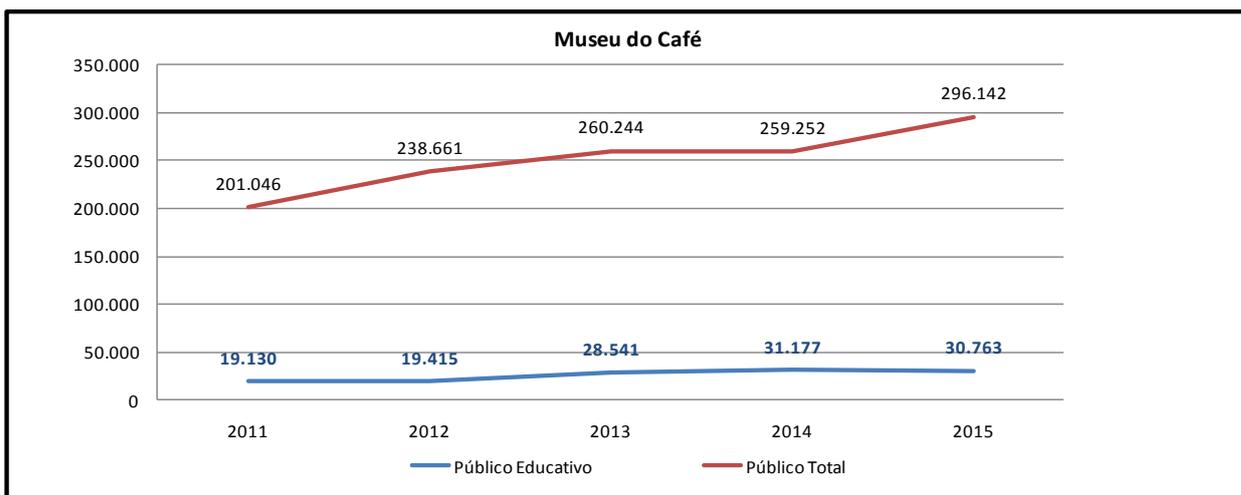
Apesar da redução dos repasses, o Museu do Café manteve a perspectiva de crescimento do público total, considerando também o público de sua cafeteria, que conta com área expositiva e de atividades culturais:



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA CULTURA
UNIDADE DE MONITORAMENTO



Para 2015, passou-se a considerar em eventos não só ações atreladas ao programa de exposições e programação cultural. Caso se considerasse apenas ações desse programa o total para 2015 seria 35, o que denota pequena queda com relação à média histórica.



Vemos acima ainda que o público educativo de 2015 ficou 1% abaixo do de 2014, mas superou em 41% a meta prevista. A meta do ano anterior havia sido superada em proporção semelhante, de modo que é sugerida revisão da meta levando em conta a real capacidade da OS para atração desse tipo de público.

Tais realizações, além de sinalizar a eficiência do contrato de gestão no cumprimento do proposto, com alavancagem de mais recursos, são importantes, sobretudo, para se verificar a efetividade dos esforços do contrato de gestão em direção ao resultado estratégico da Política Estadual de Cultura que busca assegurar: “cidadãos com acesso pleno, em todo o Estado, aos programas, grupos artísticos e equipamentos culturais, em toda a sua diversidade”, conforme previsto na Política Cultural da Secretaria que compreende o conjunto de diretrizes da SEC para os contratos de gestão com as organizações sociais.

c) Evolução histórica dos principais resultados do contrato de gestão: cobertura territorial

Avançando no intuito de melhor verificar a contribuição de cada contrato de gestão para atingir o citado resultado estratégico da Política Estadual de Cultura, a Unidade de Monitoramento criou uma planilha de municípios que foi preenchida pelas Organizações Sociais. A partir dessas

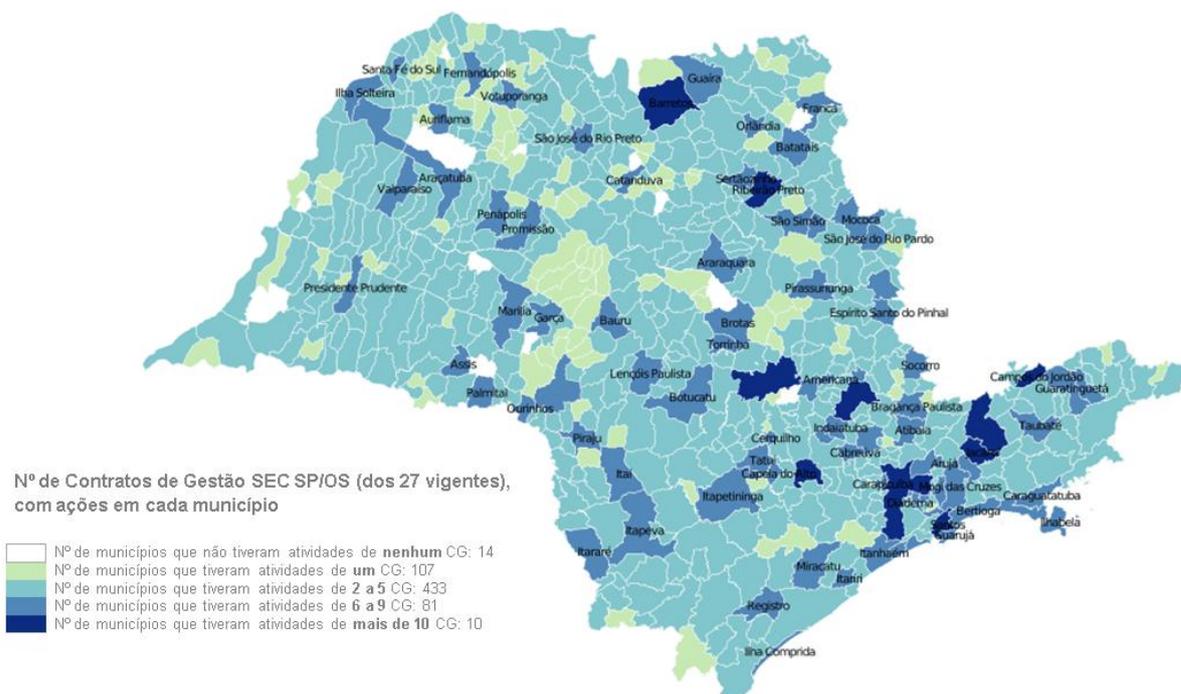


GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA CULTURA
UNIDADE DE MONITORAMENTO

planilhas, considerando que as informações nela prestadas são de responsabilidade das OSs e que a Unidade de Monitoramento não atua no acompanhamento das ações fins, foi possível traçar o mapa de cobertura das ações da SEC no território estadual realizadas em parceria com OSs de Cultura no ano de 2015.

Assim, o primeiro mapa evidencia o total de municípios atingidos diretamente, somando ações de todos os contratos de gestão. O segundo permite verificar o comportamento das ações da área fim à qual está vinculado o contrato de gestão em exame (museus), e o terceiro traz o total de municípios beneficiados por ações ligadas a esse mesmo contrato de gestão. Dessa forma, é possível visualizar a contribuição obtida em 2015 sob vários ângulos: no que diz respeito ao previsto x realizado (indicado na tabela de “Resultados Alcançados” – item II.1 deste Parecer); na comparação com o conjunto de iniciativas realizadas pelo total de OSs e, mais especificamente, com as ações de circulação / itinerância da área fim do objeto contratual, e na verificação do desempenho específico desse contrato de gestão pelo Estado:

Atuação da SEC em parceria com as OS no Estado de São Paulo em 2015



Fonte: Mapa construído pela Unidade de Monitoramento/SEC com base nos dados informados pelas Organizações Sociais na prestação de contas referente ao ano de 2015.

631 municípios receberam algum tipo de ação cultural viabilizada pela SEC por meio de parceria com organizações sociais de Cultura, o que corresponde a 97,8% dos municípios paulistas. Vale observar que os municípios atendidos por 10 ou mais contratos de gestão localizam-se justamente nas regiões de maior densidade populacional do Estado (casos, por exemplo da Região Metropolitana de São Paulo, que conta com 20, 2 milhões dos 42,6 milhões de habitantes do Estado, RM de Campinas, onde estão 6,5 milhões, e da própria RM de Santos, com 1,7 milhão de habitantes, segundo dados do boletim Radar Regional da Fundação SEADE, de maio/2016).

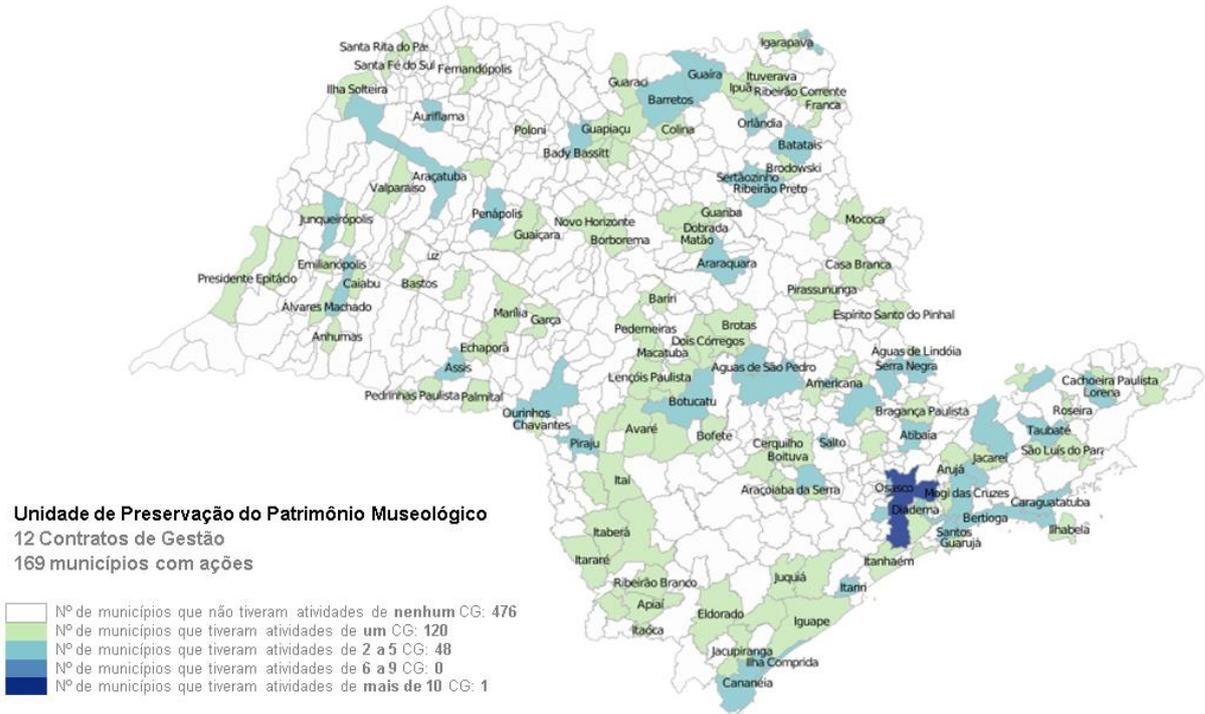


GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DA CULTURA

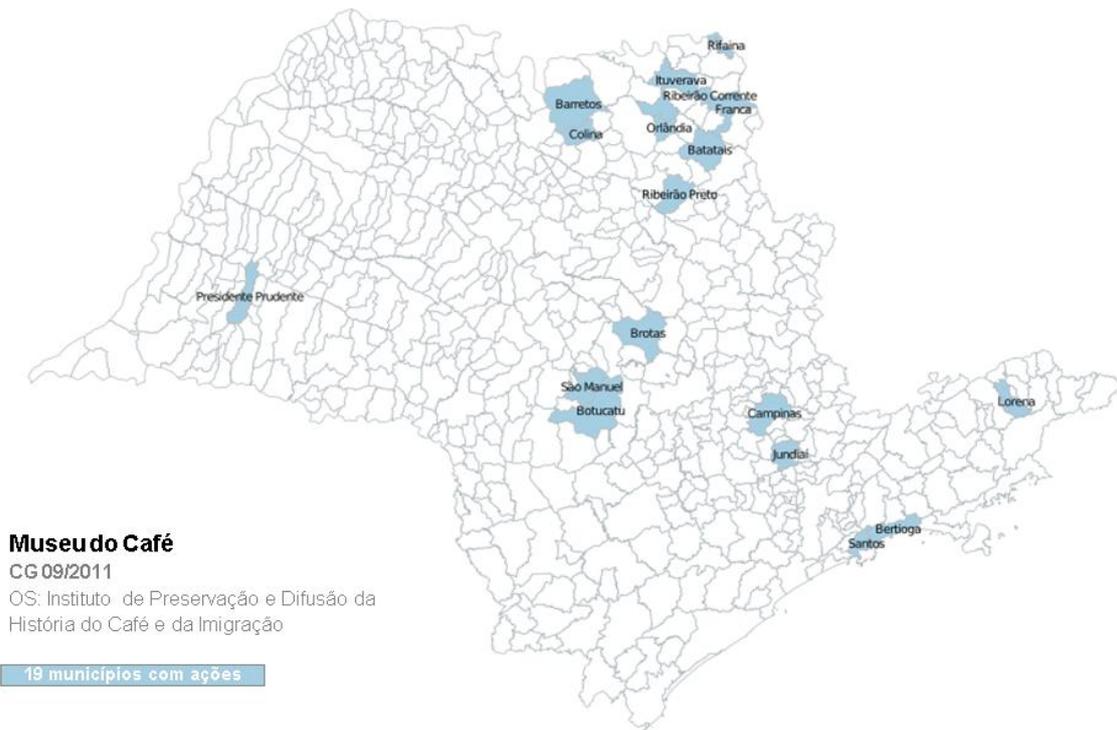
UNIDADE DE MONITORAMENTO

Atuação da SEC em 2015: Municípios atendidos por Contratos de Gestão de Museus



Fonte: Mapa construído pela Unidade de Monitoramento/SEC com base nos dados informados pelas Organizações Sociais na prestação de contas referente ao ano de 2015.

Atuação da SEC em 2015: Municípios atendidos por Contrato de Gestão



Fonte: Mapa construído pela Unidade de Monitoramento/SEC com base nos dados informados pelas Organizações Sociais na prestação de contas referente ao ano de 2015.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA CULTURA
UNIDADE DE MONITORAMENTO

Dentre os municípios beneficiados, 26,7% (169 municípios) receberam ações de organizações sociais atuantes na área de museus. O contrato de gestão em exame foi responsável por realizar ações em 19 municípios paulistas, o que corresponde a 11,24% do total de cobertura da área de museus (UPPM), perfaz 3% da atuação promovida in loco pelo conjunto dos contratos de gestão no Estado e representa um índice de cobertura territorial paulista de 2,94%.

Para além do número de municípios beneficiados, é necessário considerar o público atingido tanto em termos de população local com acesso às ações culturais promovidas, como no que diz respeito ao incremento à qualificação/intercâmbio e atuação dos profissionais locais ligados à área cultural e à movimentação na economia regional que as ações de circulação dos programas culturais promovem.

2. Remuneração de recursos humanos - CLT

Para tornar mais qualificadas as análises de eficiência e economicidade dos contratos de gestão, a Unidade de Monitoramento procedeu a um exame mais detalhado das despesas com recursos humanos, visto que elas correspondem, em média, a 60% do total de despesas de cada pactuação, podendo chegar a percentuais ainda mais expressivos. Foram verificados todos os relatórios analíticos de RH, contendo nomes, cargos e salários.

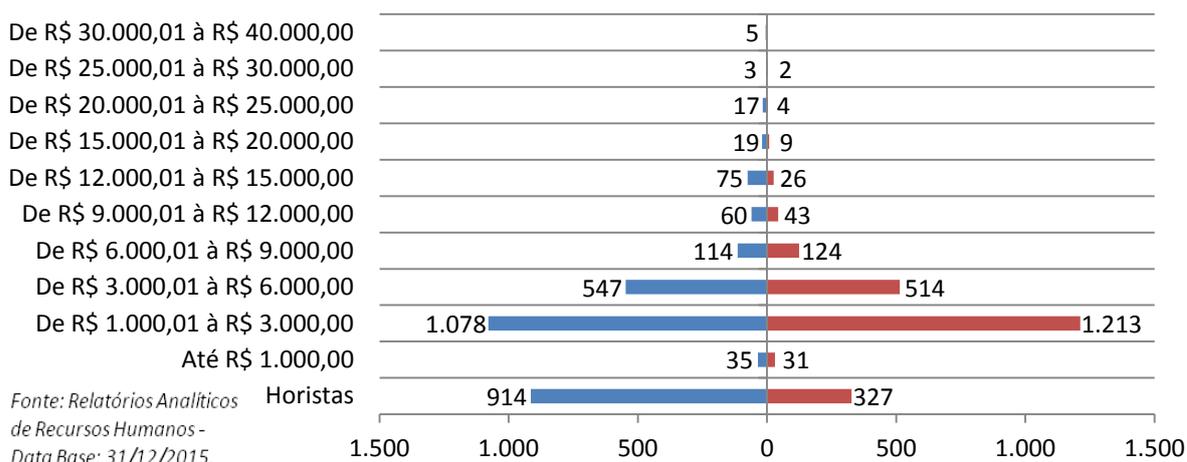
Para simplificar os agrupamentos, foram criadas 10 faixas de remuneração, e os funcionários celetistas foram distribuídos de acordo com a posição de seus salários nominais nessas faixas, considerando-se ainda a distribuição por considerando-se ainda a distribuição por sexo, homem ou mulher, tendo por base o nome apresentado no Relatório Analítico de Recursos Humanos. Não foram objeto deste levantamento as distintas questões de identidade de gênero ou orientação sexual.

Essa distribuição permitiu verificar como a massa salarial está repartida pelas diversas faixas nos contratos de gestão, bem como estabelecer comparativos entre os diferentes contratos. Esse estudo comparativo permitiu a apresentação dos gráficos que se seguem, trazendo a distribuição do total de celetistas dos 27 contratos de gestão vigentes em 2015, dos contratos de gestão da área fim (museus) e especificamente deste contrato de gestão:

Recursos Humanos (CLT) nas OS's de Cultura - 2015

Total de celetistas: 5.160

■ Homens - 2.867 ■ Mulheres - 2.293



Os dados apresentados demonstram que:

- Dos 5.160 funcionários celetistas das 20 organizações sociais parceiras da SEC, 3.919 atuam em regime de dedicação regular (em média 44 horas semanais) e 1.241 são remunerados por hora trabalhada (horistas).



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA CULTURA
UNIDADE DE MONITORAMENTO

- Dos 5.160 funcionários a grande maioria (2.357 = 45,7%) ganha até R\$ 3 mil. Considerando os horistas, o percentual sobe para 69,7%.
- 1.061 funcionários ganham acima de R\$ 3 mil e até R\$ 6 mil, o que equivale a 20,6% do total geral ou 27,1%, excluídos os horistas.
- 66 funcionários ganham até R\$ 1 mil por mês.
- Há mais homens (55,6%) que mulheres (44,4%) no conjunto dos contratos de gestão, quando computados os horistas, porém quando descontados, a diferença diminui e a proporção se inverte (49,8% homens e 50,2% mulheres).
- Nos salários até R\$ 9 mil, há relativo equilíbrio entre o total de homens (1.774) e o de mulheres (1.882) que recebem essa remuneração, sem contar os horistas (pois não é possível avaliar a proporção real de remuneração entre os sexos, visto que o total de horas de cada funcionário pode variar devido a inúmeros fatores).
- 179 homens e 84 mulheres recebem salários acima de R\$ 9 mil reais. O número de homens que ocupa os cargos mais bem remunerados é mais que o dobro do de mulheres.
- Nas três faixas de remuneração mais altas, há 24 homens e apenas 7 mulheres, sendo que nenhuma delas aparece dentre aqueles que recebem a maior faixa salarial (5 homens).

Tais dados indicam que, embora o número de homens e mulheres seja relativamente proporcional, a proporcionalidade no que se refere às faixas salariais só se mantém nos patamares de remuneração mais baixos, onde há, também, a maior concentração de pessoal.

Uma vez que tais informações referem-se à média do conjunto de 27 contratos de gestão, é importante que cada OS avalie sua distribuição salarial entre as diferentes faixas que pratica, de acordo com seu manual de recursos humanos e seu plano de cargos e salários (sendo que as faixas aqui estabelecidas são apenas para fins de agrupamento e comparação). Destacamos que esse estudo está apenas no início e que, nos próximos anos, a Unidade de Monitoramento buscará verificar com mais precisão a adequada aplicação desses manuais e planos, a bem do interesse público. A área cultural é o lócus por excelência da diversidade e, nesse sentido, precisa assumir posição exemplar no combate às desigualdades de quaisquer espécies, sejam elas associadas a gênero, etnia ou à existência de deficiências.

As questões de gênero aqui assinaladas objetivam lembrar que são vários os aspectos a serem considerados, quando se fala em remuneração de pessoal. As OSs de Cultura também têm um papel no esforço social e coletivo de se assegurar a distribuição de cargos e remunerações de forma equitativa, que leve em conta o mérito, sem prejudicar – por força de preconceito e outros estigmas – a diversidade que é tão necessária à qualidade da gestão quanto à construção de uma sociedade mais justa. Nesse cenário, é fundamental garantir que homens e mulheres nas mesmas posições percebam a mesma remuneração e ter mecanismos que viabilizem o acesso a quaisquer postos para homens e mulheres de forma equivalente.

Finalizando esse assunto, embora não se trate de funções remuneradas, é útil destacar que a questão de gênero também é presente e deve ser considerada na composição dos conselhos de administração das entidades. Do total de 265 conselheiros, 201 ou 76% são homens e apenas 64 são mulheres, ou 24%. Mais uma vez, embora constituam presença expressiva na forma de trabalho da área cultural, quando se trata de ocupação dos principais cargos decisórios (remunerados ou não), a presença feminina diminui radicalmente.

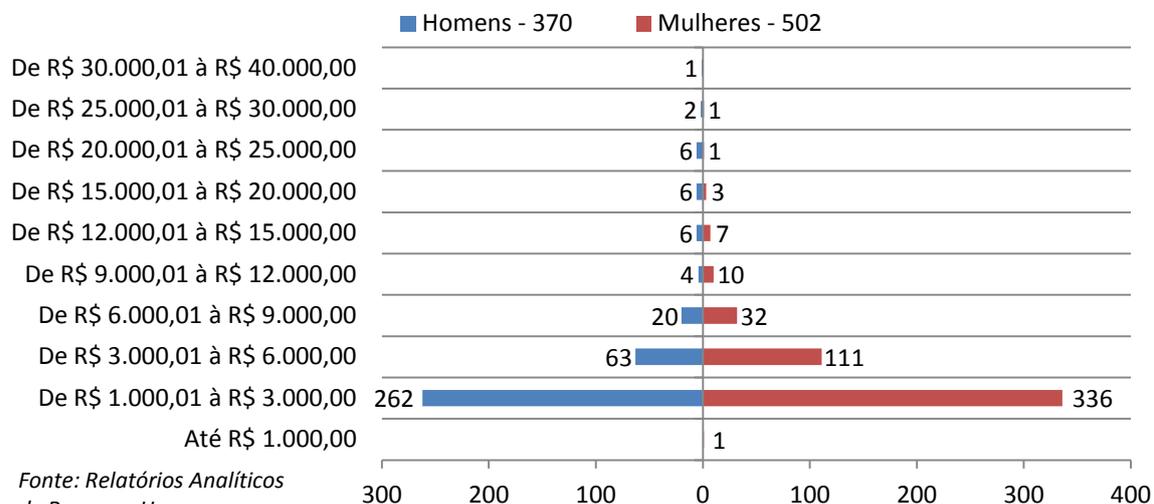
Os próximos quadros indicam a posição do conjunto de parcerias da área fim e do próprio contrato de gestão em relação à distribuição de seus recursos humanos em 2015.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA CULTURA
UNIDADE DE MONITORAMENTO

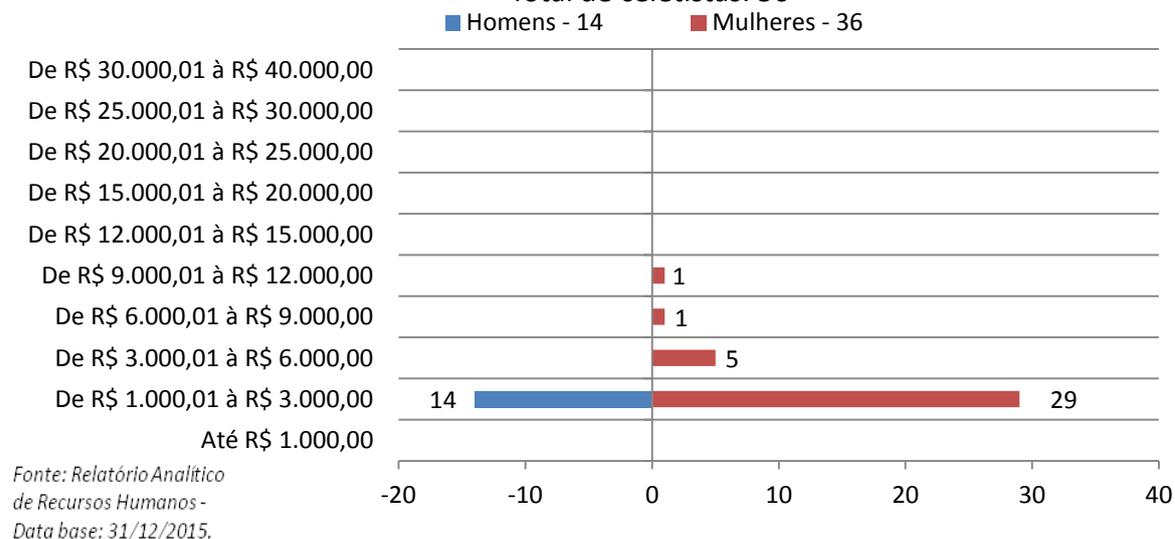
Recursos Humanos (CLT) Museus - 2015

Total de celetistas: 872



Recursos Humanos (CLT) CG 09/2011 - 2015

Total de celetistas: 50



Vemos, pelos gráficos apresentados, que, no caso da área de museus, 69% dos funcionários das OSs ganham até R\$ 3 mil e 20% ganham acima de R\$ 3 mil até R\$ 6 mil. Há uma predominância de mulheres em seis das dez faixas salariais, o que se reflete no total de celetistas (dos quais 57% são mulheres). No entanto, essa proporção se inverte nas quatro faixas de maior remuneração (15 homens para 5 mulheres). Apenas 2 mulheres ganham acima de R\$ 20 mil. Dentre os homens, são 9.

Por sua vez, o quadro de pessoal deste contrato de gestão representou, em 2015, 1% do total de recursos humanos empregados pelo conjunto de parcerias firmadas com organizações sociais e 5,7% do total de recursos humanos dos Museus. No CG 09/2011, 28% são homens e 72% são mulheres. Já a distribuição salarial, concentra 86% do pessoal em salários até R\$3.000 e 2% ganham entre R\$9.000 e R\$ 12.000. Vale dizer que eventuais diferenças entre fontes com relação ao número de empregados nos CG em 2015 referem-se a demissões/afastamentos no exercício.

Além disso, a Unidade de Monitoramento verificou pesquisas de mercado realizadas pelas OSs, nos termos da Lei 846/1998, e conferiu diretamente em outras fontes e por amostragem, os



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA CULTURA
UNIDADE DE MONITORAMENTO

maiores salários e respectivos cargos em cada contrato de gestão. Com relação aos valores de remuneração, a amostragem verificada por meio das pesquisas de mercado indicou compatibilidade e adequação, conforme se pode verificar no quadro a seguir (que corresponde a um resumo da amostragem realizada):

ORGANIZAÇÃO SOCIAL		PESQUISA WIABILIZA				SALARIÔMETRO		
Cargo	Salário da OS	Salário Médio	Menor Salário	Maior Salário	Cargo Similar Pesquisado	Salário Médio Inicial	CBO	Cargo Similar Pesquisado
Diretora Executiva*	16.159	26.455	22.206	36.757	Diretor(a) Executivo(a)	19.178	131105	Diretor executivo de instituições culturais
Diretor Administrativo*	12.500	26.455	22.206	36.767	Diretor(a) Administrativo(a) Financeiro(a)	17.268	123105	Diretor(a) Administrativo(a)
Gerente de Controladoria Geral	9.840	14.987	11.419	18.899	Gerente Financeiro/ Contábil/ Controladoria	4.031	131120	Gerente de organização social de interesse público
Coordenadora Técnica	6.367	11.503	9.445	15.030	Gerente de Captação/ Comunicação /Marketing	4.031	131120	Coordenador de projetos sociais
Analista Adm. Sr.	3.859	4.691	4.189	5.197	Analista Administrativo Sr.	4.287	252105	Analista Administrativo
Analista de RH Sr.	3.859	4.967	4.478	5.656	Analista de RH/ Depto. Pessoal Sr.	3.110	252405	Analista de Recursos Humanos
Analista Museológico PI	3.568	3.879	3.693	4.187	Analista Administrativo PI	2.948	261310	Museólogo
Analista Técnico PI.	3.236	3.879	3.693	4.187	Analista Administrativo PI	4.287	252105	Analista Administrativo.
Analista Adm. PI	3.236	3.879	3.693	4.187	Analista Administrativo PI	4.287	252105	Analista Administrativo.
Analista de Comunicação PI	2.935	3.862	3.407	4.401	Analista de Captação/ Comunicação/ Marketing	3.070	212410	Analista de comunicação (teleprocessamento)
Analista Técnico PI	2.796	3.879	3.693	4.187	Analista Administrativo PI	2.827	212420	Analista de Suporte Técnico
Analista Adm. PI	2.796	3.879	3.693	4.187	Analista Administrativo PI	4.287	252105	Analista Administrativo.

Fontes: Pesquisa Wiabiliza Soluções Empresariais, contratada por 31 instituições culturais, das quais 16 são OSs. Portal: Salariômetro – www.salarios.org.br, consultado durante o mês de maio de 2016. *Alocados no CG 06/2012.

Vale destacar que vários dos cargos indicados são ocupados por profissionais que atuam tanto neste contrato de gestão como no contrato de gestão referente ao Museu da Imigração, também gerido pela mesma organização social. A remuneração nesses casos é única (cada empregado recebe apenas um salário da OS, salvo nos casos devidamente registrados e legalizados em que há o cumprimento de funções complementares e regidas por sindicatos trabalhistas diferentes, como por exemplo: músico e professor de música), mas a OS tem a possibilidade de optar por alocar os funcionários que atuam em mais de um contrato em ambos (com rateio) ou em um deles apenas. Para não distorcer a análise e considerando que a situação de gestão de mais de um contrato pode ser conjuntural, sendo que todos os contratos de gestão demandam ter os profissionais necessários ao seu cumprimento, optamos por fazer menção a esse fato (que configura economia, via otimização de recursos, em diversos casos, como neste), porém citar todos os cargos mais bem



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA CULTURA
UNIDADE DE MONITORAMENTO

remunerados que exerçam atuação no contrato de gestão, mesmo que exerçam função remunerada apenas por outro contrato.

Outro ponto a observar, e que será objeto de maior atenção da Unidade de Monitoramento nas próximas verificações anuais, diz respeito à eventual existência de remunerações diferentes para profissionais que ocupam o mesmo cargo. É importante que a OS atue rigorosamente de acordo com seu plano de cargos e salários, e zele pela isonomia salarial, mantendo todos os registros que comprovem eventuais diferenças salariais (que podem ser justificáveis, por exemplo, quando se trata de pessoas contratadas em exercícios diferentes por salários que não sofreram alterações no plano de cargos de um ano para outro no plano, porém podem ser modificados em função de dissídios salariais).

Cabe ainda registrar que esse é o primeiro estudo do gênero feito pela Unidade de Monitoramento, e que a obrigação legal de realização de pesquisa salarial é das organizações sociais, cabendo a elas a apresentação de justificativas consistentes e devidamente embasadas para variações encontradas para além dos máximos aqui apresentados, ou indicativos das providências para corrigir as distorções encontradas que não sejam passíveis da devida explicação e defesa.

3. Economicidade em relação à execução do objeto contratual pela Administração

Ante os dados apresentados e no intuito de verificar a economicidade do contrato de gestão em relação à execução do objeto contratual diretamente pela Administração, buscamos responder a duas perguntas: É viável realizar diretamente pela SEC o objeto contratual com os patamares de resultados registrados (atividades culturais; públicos; cumprimento de rotinas de preservação do patrimônio e das edificações e das obrigações legais e administrativas)? Sendo viável, seria mais vantajosa, equivalente ou menos vantajosa essa realização pela Administração Direta?

Como há muitas variáveis complexas a examinar – e tempo e recursos humanos e materiais exíguos – optamos por examinar as questões considerando um grupo principal de despesas, que é justamente aquele que representa a maior parcela de recursos financeiros alocados no contrato de gestão: a saber, a remuneração de recursos humanos.

Para cogitar a possibilidade de realização pela SEC é preciso, antes de mais nada, verificar se ela teria condições de assumir diretamente as responsabilidades atualmente compartilhadas por meio da parceria.

No caso da força de trabalho, é fundamental que o Estado disponha de quadros ou de condições para contratá-los. O quadro abaixo apresenta as conclusões da análise efetuada:

Questão	Resposta
Há disponibilidade de recursos humanos na Pasta da Cultura para executar o objeto do contrato de gestão a contento?	Não. O quadro da SEC é composto (em dados de 31/12/2015) de 259 servidores, dos quais 12 são remunerados pelos órgãos dos quais foram cedidos, todos alocados em ações técnicas e administrativas da própria Secretaria. Desde 1993, conforme se verifica no Portal da Transparência do Estado, esse quadro não sofre alterações significativas e vem diminuindo paulatinamente ano a ano.
Há possibilidade de contratação de recursos humanos imediatamente ou no curto prazo para executar o objeto do contrato de gestão a contento?	Não, pois não existem cargos comissionados disponíveis e o ingresso de servidores no Estado somente se dá mediante concursos ou cargo em comissão. Os primeiros estão suspensos por causa da atual crise econômica e os segundos, ocupados ou congelados, pela mesma razão.
Há possibilidade de contratação de recursos humanos no médio ou longo prazo para executar o	A realização de concursos depende de autorização governamental, assim como a criação de novos cargos comissionados. Se fosse apenas essa a necessidade, a resposta



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA CULTURA
UNIDADE DE MONITORAMENTO

objeto do contrato de gestão a contento?	poderia ser sim ou não, estando fora da alçada única e exclusiva da Pasta. Porém, seria necessário alterar a legislação, para não ferir a Lei de Responsabilidade Fiscal, que limita os gastos com pessoal no Estado, destacando que SP já se encontra no limite prudencial em relação a tais gastos. Ante o contexto de defesa do Estado gerencial, da eficiência administrativa e da contenção de gastos estatais, que tem marcado a Administração brasileira desde os anos 1990, e que se intensificou no atual período de crise, tal mudança se configura bastante improvável. No mínimo, é possível afirmar com consistência que não há nenhuma iniciativa legislativa nessa direção hoje. Assim sendo, a resposta é não .
--	--

As três negativas acima indicam que seria inviável no curto e médio prazo, e possivelmente também no longo prazo, a viabilização de pessoal por parte da Administração para a execução direta do objeto contratual. Sem essa possibilidade, toda a perspectiva da execução direta torna-se igualmente **inviável**, a não ser que se configure um amplo e novo cenário de reforma administrativa e legal.

À parte a inviabilidade constatada, nos perguntamos – caso houvesse condição de execução direta dos objetos contratuais pelo Estado – se ela seria mais vantajosa, equivalente ou menos vantajosa do que o que o modelo de gestão em parceria com OS, do ponto de vista estritamente econômico-financeiro.

Para verificar essa hipótese, novamente recorremos ao maior grupo de despesas do contrato de gestão: os recursos humanos, considerando que a opção mais vantajosa nessa rubrica orçamentária trará o mais expressivo impacto econômico e financeiro, na medida em que ela representou, em média, 60% dos recursos alocados nas parcerias entre 2004 e 2014 e 79% em 2015 (sendo a elevação desse percentual ocasionada pelos expressivos cortes de verbas estaduais para os repasses aos contratos de gestão em virtude da crise econômica, lembrando que essa rubrica orçamentária inclui não só as despesas com salários, encargos e benefícios, como também as despesas rescisórias dos recursos humanos demitidos por força dos cortes).

Analisando o quadro de servidores da SEC fornecido pelo Departamento de Recursos Humanos da Pasta e cujos dados constam do Portal da Transparência do Estado, verificamos que o desembolso da SEC equivaleu a R\$ 1.231.436, e a média salarial mensal considerando os 245 servidores públicos da Cultura entre concursados e comissionados, remunerados pela Pasta, em 31/12/2015, foi de R\$ 5.026.

Por sua vez, a prestação de contas da Organização Social permitiu verificar, a partir da planilha analítica com nomes, cargos e salários, que a OS utilizou R\$ 109.438, para a remuneração de seus 49 empregados, cuja média salarial nominal em 31/12/2015 foi de R\$ 2.189.

Considerando o custeio de recursos humanos, vemos que, do ponto de vista econômico e financeiro, o modelo OS é mais vantajoso que a execução do objeto contratual pela Administração Direta. Essa afirmação se torna ainda mais consistente quando se observa que o modelo OS na Cultura, ao utilizar uma forma preponderante (quase exclusiva) de contratação de pessoal, que é a CLT, equipara todos os seus colaboradores em termos de direitos trabalhistas, benefícios e encargos. No caso do Estado, a possibilidade de contar com servidores efetivos (que contam com estabilidade e aposentadoria especial) e servidores comissionados (sem nenhum vínculo, suscetíveis de demissão sem justa causa sem quaisquer benefícios ou garantias e sem aposentadoria especial) cria um fator de desequilíbrio da equidade entre os empregados.

Para além da remuneração de pessoal, outros fatores evidenciam que o modelo OS é mais vantajoso e apresenta maior economicidade que a execução pela Administração Direta, como o fato de que o Estado não teria condições de receber doações a título de patrocínio para o objeto contratual ou de assegurar que os recursos obtidos por meio de captação operacional fossem alocados em sua manutenção e funcionamento, o que acarretaria prejuízos às ações culturais realizadas e, por conseguinte, ao seu público beneficiário.

A maior flexibilidade do modelo OS para a estruturação de parcerias visando a execução de projetos; a gestão baseada em finalidade não lucrativa; e o estabelecimento de vínculo com o Poder



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA CULTURA
UNIDADE DE MONITORAMENTO

Público baseado no cumprimento de metas e no alcance de resultados também são importantes vantagens do modelo, ao permitir, ao mesmo tempo, a necessária agilidade operacional e administrativa na gestão das atividades e o controle finalístico pelo Estado. Por fim, a agilidade e eficiência nos processos de compras e contratações de serviços, seguindo regulamentos próprios e por meio de processos amplamente fiscalizados e obrigados à transparência são também pontos bastante importantes, e cujos resultados podem ser aferidos em visitas in loco aos objetos contratuais, na verificação das rotinas de manutenção predial e conservação preventiva, e constatados nas pesquisas de satisfação do público com os serviços culturais oferecidos.

4. Conclusão

Ao dar continuidade aos esforços de ampliação de público e realizar ações em 19 municípios paulistas, o Museu do Café demonstrou sua contribuição para a política cultural da SEC de ampliação do acesso da população em todo o Estado. Por sua vez, os dados examinados comprovam a eficácia e eficiência da execução contratual em 2015, com cumprimento da quase totalidade das ações previstas na íntegra e ampliação da participação de receitas acessórias na composição de recursos do contrato de gestão, mediante expressiva captação de recursos.

A avaliação da Unidade Gestora quanto à prestação de contas apresentada foi pela aprovação, cabendo a ela acompanhar e atestar a qualidade e a efetividade dos resultados apresentados e verificar a necessidade de adequações nos próximos planos de trabalho.

Assim sendo e de acordo com os dados analisados, registramos que a execução contratual atingiu quantitativamente todos os resultados previstos, correspondendo adequadamente à execução orçamentária. Desse modo, informamos que, na avaliação da Unidade de Monitoramento, a prestação de contas da OS Instituto de Preservação e Difusão da História do Café e Imigração - INCI referente à execução do contrato de gestão 09/2011 no exercício de 2015 foi considerada **satisfatória**, não tendo chegado a nosso conhecimento nenhuma informação em contrário, ressaltando que a veracidade das informações prestadas é responsabilidade da Organização Social e que a comprovação dos resultados e a análise técnica e qualitativa das realizações são de competência da Unidade Gestora.

Por fim, cabe registrar preocupação relacionada à tendência de redução de aportes do Estado para o contrato de gestão, ainda sob a influência do cenário de grave crise econômica nacional. Unidade Gestora e OS deverão estar atentas às readequações necessárias, para garantir a continuidade do contrato de gestão da melhor maneira possível, inclusive por meio da busca de novas parcerias, fontes adicionais de recursos financeiros e materiais e revisão de contratos com fornecedores e prestadores de serviços, desde que não comprometam a qualidade requerida das ações, nem coloquem em risco a adequada manutenção e conservação predial do equipamento cultural e a segurança de seus colaboradores e públicos.

São Paulo, 13 de maio de 2016.

Claudinéli Moreira Ramos
Coordenadora da Unidade de Monitoramento





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA CULTURA
UNIDADE DE MONITORAMENTO

EQUIPE DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Análises técnicas, levantamento de séries históricas, sistematização e comparação de dados, pesquisa salarial, visitas in loco, elaboração dos pareceres anuais de monitoramento e avaliação

Coordenação: Claudinéli Moreira Ramos

Diretoria de Avaliação: Marianna Percínio Moreira Bomfim (diretora)
Ricardo Kazuo Ysimine, Carlos Curto Rodrigues Pato

Diretoria de Monitoramento e Normas: Vanderli Assunção Ferrarezi (diretora)
Regiane Souza Lúcio

Núcleo Apoio Administrativo: Danielle Lima da Silva (diretora)

Assessoria Técnica: Liliana Sousa e Silva, Gabriela Toledo Silva, Eduardo Baider Stefani

Estagiári@s: Larissa Rodrigues Ribeiro, Valter Lima Gentini

Contatos: monitoramento.cultura@sp.gov.br

São Paulo, Secretaria da Cultura, Maio/2016.